




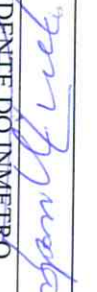
Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA - PAINT

		EXERCÍCIO	PÁGINA
Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro		2016	1/30

APROVAÇÃO			
DATA: 28/10/2015			
ENCAMINHAMENTO	AUDITOR CHEFE SUBSTITUTO	PRESIDENTE DO INMETRO 	
<ul style="list-style-type: none">• CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO/RJ			
BASE LEGAL (FUNDAMENTO)			
<ul style="list-style-type: none">• IN n.º 01, de 6/4/2001, DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE (item 13 do Capítulo X).• DECRETO n.º 3.591, DE 6/9/2000, § 2º DO ART. 15.• IN n.º 02, de 24/12/2002, DA CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO (artigos 2º, § único, e 7º, inciso I e artigo 8º).• IN n.º 01, da CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO de 13/3/2003.• IN n.º 07, da CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO DE 29/12/2010.• IN n.º 01, da CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO de 3/1/2007.			

INTRODUÇÃO

• ESTRUTURA E COMPETÊNCIA DA AUTARQUIA

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), como autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), criada pela Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e como órgão normativo central do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sismetro), atua como Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro). Em 15 de dezembro de 2011, a Lei nº 12.545 alterou as Leis nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, modificando a denominação do Inmetro, ampliando suas atribuições, modernizando-o, atribuindo-lhe poder regulamentador de produtos contra práticas enganosas de comércio, fortalecendo áreas-chave como metrologia e fiscalização, além de incorporar ao seu escopo a competência para conceder bolsas de estudo e pesquisas nas áreas de ciência e tecnologia. Sua Estrutura Regimental foi atualizada pelo Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, alterando o Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, que passou a vigorar na forma abaixo:

- I - elaborar e expedir regulamentos técnicos nas áreas determinadas pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);
- II - elaborar e expedir regulamentos técnicos sobre o controle metrológico legal e instrumentos de medição;
- III - exercer o poder de polícia administrativa na área de metrologia legal, que poderá ser delegado a órgãos ou entidades de direito público;
- IV - exercer poder de polícia administrativa, e expedir regulamentos técnicos nas áreas de avaliação da conformidade de produtos, insunhos e serviços, desde que não constituam objeto da competência de outros órgãos ou entidades da administração pública federal, quanto à:

- a) segurança;
- b) proteção da vida e da saúde humana, animal e vegetal;
- c) proteção do meio ambiente; e
- d) prevenção de práticas enganosas de comércio;

V - executar, coordenar e supervisionar as atividades de metrologia legal e de avaliação da conformidade compulsória por ele regulamentadas ou exercidas por delegação;

VI - atuar como órgão acreditador oficial de organismos de avaliação da conformidade;

VII - registrar objetos sujeitos à avaliação da conformidade compulsória;

VIII - planejar e executar atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento científico e tecnológico em metrologia, avaliação da conformidade e áreas afins;

IX - prestar serviços de transferência tecnológica e de cooperação técnica voltada à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em metrologia, avaliação da conformidade e áreas afins;

X - prestar serviços voltados ao fortalecimento técnico e à inovação nas empresas nacionais;

XI - produzir e alienar materiais de referência, padrões metrológicos e produtos relacionados;

XII - realizar contribuições a entidades estrangeiras congêneres, cujos interesses estejam amparados em acordos firmados entre si ou entre os respectivos países, como uma única ação;

XIII - designar entidades públicas ou privadas para executar atividades técnicas nas áreas de metrologia legal e de avaliação da conformidade, no âmbito de sua competência regulamentadora;

XIV - atuar como órgão oficial de monitoramento da conformidade aos princípios das boas práticas de laboratório;

XV - conceder bolsas de pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento de tecnologia de produto ou de tecnologia de processo, de caráter contínuo, diretamente ou por intermédio de parceria com instituições públicas ou privadas;

XVI - estabelecer parcerias com entidades de ensino para a formação e especialização profissional nas áreas de sua atuação, inclusive para programas de residência técnica;

XVII - anuir no processo de importação de produtos por ele regulamentados que estejam sujeitos a regime de licenciamento não automático ou a outras medidas de controle administrativo prévio ao despacho para consumo; e

XVIII - representar o País em fóruns regionais, nacionais e internacionais sobre avaliação da conformidade.

Considerando esta Estrutura Organizacional, bem como o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso III da Cláusula Setima do Contrato de Gestão 2012-2014, celebrado entre o Inmetro e o MDIC, com intervenção dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, o Presidente do Inmetro, por intermédio da Portaria n.º 165, de 2 de abril de 2013, publicada no DOU de 4 de abril de 2013, alterou o seu Regimento Interno, que passou a vigorar na seguinte forma:

I - Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente:

1. Coordenação de Ensaios de Produtos - Coens
2. Coordenação de Ações Transversais – Codat
3. Ouvidoria - Ouvid
4. Gabinete - Gabin
5. Coordenação-Geral de Articulação Internacional - Caint
6. Coordenação-Geral de Acreditação - Cgcre
7. Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Corel

II - Órgãos Seccionais:

1. Auditoria Interna - Audin
 - 1.1. Serviço de Auditorias Internas - Serai
 - 1.2. Serviço de Auditorias Externas - Serax
2. Procuradoria Federal - Profe
3. Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional - Dplan
4. Diretoria de Administração e Finanças - Diraf

III - Órgãos Específicos Singulares:

1. Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf
2. Diretoria de Metrologia Científica e Industrial - Dimci
3. Diretoria de Metrologia Legal - Dimel
4. Diretoria de Inovação e Tecnologia - Dicec
5. Diretoria de Metrologia Aplicada às Ciências da Vida - Dimav

IV - Órgãos Descentralizados:

1. Superintendência de Goiás - Surgo
2. Superintendência do Rio Grande do Sul - Surs

Considerando a extensão territorial do País e no sentido de evitar que as atividades de metrologia sofram solução de continuidade, nos termos da Lei n.º 5.966/73, atualizada pela Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, tanto as atividades de Metrologia Legal quanto as de Qualidade de Bens e Serviços compulsoriamente regulamentados vêm sendo executadas por órgãos regionais, que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade-Inmetro (RBMLQ-I), por intermédio de Convênios pactuados entre as partes.

• **COMPETÊNCIAS E DESEMPENHO DA AUDITORIA**

De acordo com o artigo 31 do Regimento Interno aprovado, à Auditoria interna compete:

- I. Verificar a conformidade em relação às normas vigentes dos procedimentos de natureza orgânica, contábil, financeira, patrimonial e de recursos humanos, bem como, quando determinado pelo Presidente, as ações de caráter técnico-operacional;
- II. Criar condições necessárias para ratificar a eficácia dos controles interno e externo, procurando a regularidade na utilização de recursos públicos;
- III. Examinar a legislação específica e as normas correlatas, orientando quanto à sua observância;
- IV. Realizar inspeções regulares nas áreas de atuação do Inmetro, para verificar a execução física e financeira dos projetos e atividades, inclusive daqueles executados por terceiros, bem como acompanhar os resultados dos compromissos pactuados no contrato de gestão;
- V. Realizar auditorias financeiras, contábeis e administrativas com o propósito de avaliar e mensurar a exatidão e regularidade das contas da Autarquia, bem como da RBMLQ-I, avaliando a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos; e
- VI. Executar auditorias extraordinárias de cunho específico que, no interesse da administração, venham a ser determinadas pelo Presidente do Inmetro.

Os trabalhos a serem executados pelos auditores no cumprimento de suas atividades operacionais nos Órgãos Conveniados, e no âmbito interno do Inmetro, devem ser realizados em sintonia com a metodologia descrita nas Normas Internas Gerais da Audin, NI-G-Audin-001 e NI-G-Audin-002, bem como no Manual da Qualidade da Audin - MQ-Audin-001.

Inmetro – Prestação de Contas 2015							
N.º	Descrição Sumária	Área	Objetivos	Tipo	Período de Execução/ Local dos trabalhos	Quantidade Dias/H	Forma
01	Avaliação da Prestação de Contas Anual do Gestor do Inmetro em relação ao Previsto no item 13, Capítulo X, da IN da SFC Nº 01/2001.	Todas as unidades principais do Inmetro	- Examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da entidade. - Sobre as falhas constatadas em 2015, a DiraF, em conjunto com a Audin, promoverá reuniões para corrigir as inadequações praticadas, visando à eliminação do risco em suas atividades para fortalecer os Controles Internos do Inmetro.	Avaliação de Gestão e Contábil	4/1/2016 a 31/3/2016 De 11/1 a 5/2/2016 na DiraF e na Dplan/Inmetro – Xerém	61 2880	Direta
							<p>Verificação do desempenho da gestão das diretorias, com relação aos aspectos orçamentário, contábil-financeiro e administrativo, mediante exames realizados nos processos de despesa, incluindo:</p> <p>- Avaliação da regularidade dos procedimentos licitatórios, processos de Dispensa de Licitação, inexigibilidade, Emergenciais e Indenização,</p> <p>- Avaliação objetiva sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) do Inmetro, destacando o planejamento existente, o perfil dos recursos humanos envolvidos, os procedimentos para salvaguardar a informação, a capacidade para o desenvolvimento e produção de sistemas e os procedimentos para a contratação e gestão de bens e serviços de TI;</p> <p>- Avaliação objetiva acerca da aderência do Inmetro aos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, bem como sobre informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados, em observância, respectivamente, à Instrução Normativa nº 1/2010 e à Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e ao Decreto nº 5.940/2006.</p> <p>- Avaliação da gestão do uso dos cartões de pagamento do governo federal, em especial quanto aos seguintes aspectos:</p> <p>a) conformidade da instituição e da utilização dos cartões de pagamento com as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008;</p> <p>b) adequabilidade da estrutura de controle interno administrativo para garantir o regular uso dos cartões de pagamento;</p> <p>c) concessão, fiscalização e prestação de contas.</p>

Órgãos que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro

N.º	Descrição Sumária	Origem da Demanda	Objetivos	Tipo	Período de Execução Local dos trabalhos	Quantidade Dias	Quantidade H/h	Escopo	Forma
02	O objeto da presente ação de auditoria é a SURRS . A avaliação sumária quanto aos riscos inerentes ao objeto a ser auditado, bem como sua relevância, foram definidas tomando-se por base a matriz de riscos e relevância elaborada para avaliação da RBML-Q-I, explicada mais adiante no item CONSIDERAÇÕES FINAIS, que também explicita os conhecimentos básicos que serão requeridos dos auditores na realização dos trabalhos.	-Art. 70, § único, CRFB/1988;	Verificar a existência de controles capazes de prevenir, detectar e corrigir desvios que possam ameaçar o atingimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho e Plano de no Controle Interno do Poder Judiciário. Estes contribuíram para o alcance das metas estabelecidas no contrato de gestão entre o Inmetro e o Governo Federal, bem como no cumprimento das políticas governamentais firmadas nos instrumentos de planejamento e orçamento do governo.	Auditoria de Avaliação da Gestão e Auditoria Contábil (em referência e similitude à Seção II, item 5, I e III, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado pela IN SFC nº 01, de 2001)	15/2 a 3/5/2016 Na SURRS Porto Alegre/RS De 14 a 18/3/2016	54	712	Verificação anual sobre a execução dos trabalhos relacionados às atribuições regimentais da UG; análise dos contratos e convênios que receberam recursos no ano de 2015/2016, incluindo, pelo menos: a) A consistência das informações prestadas pela UG no relatório de gestão sobre este tema. b) O volume de recursos transferidos pela UG comparando à quantidade de termos vigentes no exercício de referência. c) A situação da prestação de contas pelos agentes recebedores dos recursos. d) A situação do tratamento às contas prestadas ao órgão ou unidade concedente, repassador dos recursos. e) A observância pela UG das exigências previstas nos artigos 11 e 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. f) A estrutura de controles da UG concedente/contratante para garantir o alcance dos objetivos definidos nos respectivos instrumentos; para analisar a prestação de contas, e para realizar as fiscalizações da execução do objeto da averbação, inclusive por intermédio de verificações físicas e presenciais.	Direta (em referência e similitude à Seção II, item 6, I, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado pela IN SFC nº 01, de 2001)

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA - PAINT

Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

EXERCÍCIO
2016

PÁGINA
7/30

Órgãos que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro

N.º	Descrição Sumária	Origem da Demanda	Objetivos	Tipo	Período de Execução Local dos trabalhos	Quantidade Dias H/h	Escopo	Forma
03	O objeto da presente ação de auditoria é a SURGO . A avaliação sumária quanto aos riscos inerentes ao objeto a ser auditado, bem como sua relevância, foram definidas tomando-se por base a matriz de riscos e relevância elaborada para avaliação da RBMLQ-1, explicada mais adiante no item CONSIDERAÇÕES FINAIS, que também explicita os conhecimentos básicos que serão requeridos dos auditores na realização dos trabalhos.	-Art. 70, § único, CRFB/1988;	Verificar a existência de controles capazes de prevenir, detectar e corrigir desvios que possam ameaçar o atingimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho e de Aplicação da Superintendência. Estes contribuintes para o alcance das metas estabelecidas no contrato de gestão entre o Inmetro e o Governo Federal, bem como no cumprimento das políticas governamentais firmadas nos instrumentos de planejamento e orçamento do governo.	Auditoria de Avaliação da Gestão e Auditoria Contábil (em referência e similitude à Seção II, item 5, I e III, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado pela IN SFC nº 01, de 2001)	4/4 a 17/6/2016 Na SURGO Goiana/GO De 2 a 6/5/2016	53 984	Verificação anual sobre a execução dos trabalhos relacionados às atribuições regimentais da UG; análise dos contratos e convênios que receberam recursos no ano de 2015/2016, incluindo, pelo menos: a) A consistência das informações prestadas pela UG no relatório de gestão sobre este item; b) O volume de recursos transferidos pela UG comparado à quantidade de termos vigentes no exercício de referência; c) A situação da prestação de contas pelos agentes recebedores dos recursos; d) A situação do tratamento às contas prestadas ao órgão ou unidade concedente, repassador dos recursos; e) A observância pela UG das exigências previstas nos artigos 11 e 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; f) A estrutura de controles da UG concedente/contratante para garantir o alcance dos objetivos definidos nos respectivos instrumentos; para analisar a prestação de contas; e para realizar as fiscalizações da execução do objeto da avença, inclusive por intermédio de verificações físicas e presenciais.	Direta (em referência e similitude à Seção II, item 6, I, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado pela IN SFC nº 01, de 2001)

Órgãos que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro

N.º	Descrição Sumária	Origem da Demanda	Objetivos	Tipo	Período de Execução Local dos trabalhos	Quantidade Dias	Quantidade H/h	Escopo	Forma
04	O objeto da presente ação de auditoria é o IPEM/AP . A avaliação sumária quanto aos riscos inerentes ao objeto a ser auditado, bem como sua relevância, foram definidas tomando-se por base a matriz de riscos e relevância elaborada para avaliação da RBMLQ-1, explicada mais adiante no item CONSIDERAÇÕES FINAIS, que também explicita os conhecimentos básicos que serão requeridos dos auditores na realização dos trabalhos.	-Art. 70, § único, CRFB/1988; -Cláusulas obrigacionais previstas no Instrumento de Convênio celebrado entre o Inmetro e o órgão delegado.	Verificar a existência de controles capazes de prevenir, detectar e corrigir desvios que possam ameaçar o atingimento dos objetivos e metas estabelecidos nos instrumentos de convênio, Plano de Trabalho e Aplicação. Estes contribuirão para o alcance das metas estabelecidas no contrato de gestão entre o Inmetro e o Governo Federal, bem como no cumprimento das políticas governamentais firmadas nos instrumentos de planejamento e orçamento do governo.	Auditoria de Avaliação da Gestão e Auditoria Contábil (em referência e similitude à Seção II, item 5, I e III, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado pela IN SFC nº 01, de 2001)	23/5 a 5/8/2016 No IPEM/AP Amapá/AP De 20/6 a 24/6/2016	55	1.000	Verificação anual sobre a execução dos trabalhos relacionados às atribuições regimentais das UP do Inmetro em relação aos controles internos exercidos sobre a execução das atividades do Convênio firmado com o referido Órgão Delegado, analisando ainda contratos e convênios que receberam recursos no ano de 2015/2016, incluindo: - Análise da formalização dos novos Convênios firmados entre a RBMLQ-1 e o Inmetro. - Avaliação da situação das transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência, devendo abordar, pelo menos: a) A consistência das informações prestadas pelas UP no relatório de gestão sobre este tema; b) O volume de recursos transferidos pelo Inmetro comparado à quantidade de despesas executadas nos exercícios de referência; c) A situação da prestação de contas pelos agentes receptores dos recursos; d) A situação do tratamento às contas prestadas ao órgão ou unidade concedente, repassador dos recursos; e) A observância pelo Inmetro e pelo Conveniente das exigências previstas nos artigos 11 e 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; f) A estrutura de controles das UP do Inmetro (concedente/conitante) para garantir o alcance dos objetivos definidos nos respectivos instrumentos; para analisar a prestação de contas; e para realizar as fiscalizações da execução do objeto da avença, inclusive por intermédio de verificações físicas e presenciais.	Direta (em referência e similitude à Seção II, item 6, I, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado pela IN SFC nº 01, de 2001)

Órgãos que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro

N.º	Descrição Sumária	Origem da Demanda	Objetivos	Tipo	Período de Execução Local dos trabalhos	Quantidade Dias	Quantidade H/h	Escopo	Forma
05	O objeto da presente ação de auditoria é o IPEM/MG . A avaliação sumária quanto aos riscos inerentes ao objeto a ser auditado, bem como sua relevância, foram definidas tomando-se por base a matriz de riscos e relevância elaborada para avaliação da RBMLQ-1, explicada mais adiante no item CONSIDERAÇÕES FINAIS, que também explicita os conhecimentos básicos que serão requeridos dos auditores na realização dos trabalhos.	-Art. 70, § único, CRRB/1988; -Cláusulas obrigacionais previstas no Instrumento de Convênio celebrado entre o Inmetro e o órgão delegado.	Verificar a existência de controles capazes de prevenir, detectar e corrigir desvios que possam ameaçar o atingimento dos objetivos e metas estabelecidos nos instrumentos de convênio, Plano de Trabalho e Plano de Aplicação. Estes contribuirão para o alcance das metas estabelecidas no contrato de gestão entre o Inmetro e o Governo Federal, bem como no cumprimento das políticas governamentais firmadas nos instrumentos de planejamento e orçamento do governo.	Auditoria de Avaliação da Gestão e Auditoria Contábil (em referência e similitude à Seção II, item 5.1 e III, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado pela IN SFC nº 01, de 2001)	25/7 a 10/10/2016 No IPEM/MG , Contagem/MG De 22 a 26/8/2016	54	1.000	Verificação anual sobre a execução dos trabalhos relacionados às atribuições regimentais das UP do Inmetro em relação aos controles internos exercidos sobre a execução das atividades do Convênio firmado com o referido Órgão Delegado, analisando ainda contratos e convênios que receberam recursos no ano de 2015/2016, incluindo: - Análise da formalização dos novos Convênios firmados entre a RBMLQ-1 e o Inmetro. - Avaliação da situação das transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência, devendo abordar, pelo menos: a) A consistência das informações prestadas pelas UP no relatório de gestão sobre este tema; b) O volume de recursos transferidos pelo Inmetro comparado à quantidade de despesas executadas nos exercícios de referência; c) A situação da prestação de contas pelos agentes recebedores dos recursos; d) A situação do tratamento às contas prestadas ao órgão ou unidade concedente, repassador dos recursos; e) A observância pelo Inmetro e pelo Conveniente das exigências previstas nos artigos 11 e 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; f) A estrutura de controles das UP do Inmetro (concedente/contratante) para garantir o alcance dos objetivos definidos nos respectivos instrumentos; para analisar a prestação de contas, e para realizar as fiscalizações da execução do objeto da avença, inclusive por intermédio de verificações físicas e presenciais.	Direta (em referência e similitude à Seção II, item 6.1, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado pela IN SFC nº 01, de 2001)

Órgãos que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro								
N.º	Descrição Sumária	Origem da Demanda	Objetivos	Tipo	Período de Execução Local dos trabalhos	Quantidade Dias H/h	Escopo	Forma
06	O objeto da presente ação de auditoria é o IPEM/SP . A avaliação sumária quanto aos riscos inerentes ao objeto a ser auditado, bem como sua relevância, foram definidas tomando-se por base a matriz de riscos e relevância elaborada para avaliação da RBMLQ-1, explicada mais adiante no item CONSIDERAÇÕES FINAIS, que também explicita os conhecimentos básicos que serão requeridos dos auditores na realização dos trabalhos.	-Art. 70, § único, CRFB/1988; - Clausulas obrigacionais previstas no Instrumento de Convênio celebrado entre o Inmetro e o órgão delegado.	Verificar a existência de controles capazes de prevenir, detectar e corrigir desvios que possam ameaçar o atingimento dos objetivos e metas estabelecidos nos instrumentos de convênio, Plano de Trabalho e Plano de Aplicação. Estes contribuirão para o alcance das metas estabelecidas no contrato de gestão entre o Inmetro e o Governo Federal, bem como no cumprimento das políticas governamentais firmadas nos instrumentos de planejamento e orçamento do governo.	Auditoria de Avaliação da Gestão e Auditoria Contábil (em referência e similitude à Seção II, item 5, I e III, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado pela IN SFC nº 01, de 2001)	5/7 a 23/11/2016 No IPEM/SP , São Paulo/SP De 3 a 7/10/2016	57 992	Verificação anual sobre a execução dos trabalhos relacionados às atribuições regimentais das UP do Inmetro em relação aos controles internos exercidos sobre a execução das atividades do Convênio firmado com o referido Órgão Delegado, analisando ainda contratos e convênios que receberam recursos no ano de 2015/2016, incluindo: - Análise da formalização dos novos Convênios firmados entre a RBMLQ-1 e o Inmetro. - Avaliação da situação das transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência, devendo abordar, pelo menos: a) A consistência das informações prestadas pelas UP no relatório de gestão sobre este tema; b) O volume de recursos transferidos pelo Inmetro comparado à quantidade de despesas executadas nos exercícios de referência; c) A situação da prestação de contas pelos agentes recebedores dos recursos; d) A situação do tratamento às contas prestadas ao órgão ou unidade concedente, repassador dos recursos; e) A observância pelo Inmetro e pelo Conveniente das exigências previstas nos artigos 11 e 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; f) A estrutura de controles das UP do Inmetro (concedente/conitante) para garantir o alcance dos objetivos definidos nos respectivos instrumentos; para analisar a prestação de contas; e para realizar as fiscalizações da execução do objeto da avença, inclusive por intermédio de verificações físicas e presenciais.	Direta (em referência e similitude à Seção II, item 6, I, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado pela IN SFC nº 01, de 2001)

Órgãos que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro

N.º	Descrição Sumária	Origem da Demanda	Objetivos	Tipo	Período de Execução Local dos trabalhos	Quantidade Dias	Quantidade H/h	Escopo	Forma
07	O objeto da presente ação de auditoria é o IMETRO/SC.	-Art. 70, § único, CRFB/1988; - Clausulas obrigacionais previstas no Instrumento de Convênio celebrado entre o Inmetro e o órgão delegado.	Verificar a existência de controles capazes de prevenir, detectar e corrigir desvios que possam ameaçar o atingimento dos objetivos e metas estabelecidos nos instrumentos de convênio, Plano de Trabalho e Plano de Aplicação. Estes contribuirão para o alcance das metas estabelecidas no contrato de gestão entre o Inmetro e o Governo Federal, bem como no cumprimento das políticas governamentais firmadas nos instrumentos de planejamento e orçamento do governo.	Auditoria de Avaliação da Gestão e Auditoria Contábil (em referência e similitude à Seção II, item 5, I e III, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado pela IN SFC nº 01, de 2001)	17/10 a 30/12/2015 No IMETRO/SC. Santa Catarina/SC De 21 a 25/11/2016	58	1.024	<p>Verificação anual sobre a execução dos trabalhos relacionados às atribuições regimentais das UP do Inmetro em relação aos controles internos exercidos sobre a execução das atividades do Convênio firmado com o referido Órgão Delegado, analisando ainda contratos e convênios que receberam recursos no ano de 2015/2016, incluindo:</p> <p>- Análise da formalização dos novos Convênios firmados entre a RBMLQ-I e o Inmetro.</p> <p>- Avaliação da situação das transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência, devendo abordar, pelo menos:</p> <p>a) A consistência das informações prestadas pelas UP no relatório de gestão sobre este tema.</p> <p>b) O volume de recursos transferidos pelo Inmetro comparado à quantidade de despesas executadas nos exercícios de referência.</p> <p>c) A situação da prestação de contas pelos agentes recebedores dos recursos.</p> <p>d) A situação do tratamento às contas prestadas ao órgão ou unidade concedente, repassador dos recursos.</p> <p>e) A observância pelo Inmetro e pelo Conveniente das exigências previstas nos artigos 11 e 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.</p> <p>f) A estrutura de controles das UP do Inmetro (concedente/contratante) para garantir o alcance dos objetivos definidos nos respectivos instrumentos, para analisar a prestação de contas, e para realizar as fiscalizações da execução do objeto da avença, inclusive por intermédio de verificações físicas e presenciais.</p>	Direta (em referência e similitude à Seção II, item 6, I, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado pela IN SFC nº 01, de 2001)

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA - PAINT

Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

EXERCÍCIO
2016

PÁGINA
12/30

Órgãos que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro

Total de Dias vs Homens/horas	329	5.712	(II) Total de horas destinadas as atividades relacionadas às auditorias nos órgãos da RBML-Q-1.
Total de Dias vs Homens/horas	390	8.592	(I + II) Total de horas destinadas as atividades relacionadas às auditorias nos órgãos da RBML-Q-1, bem com da Prestação de Contas do Inmetro.

8 - Inmetro/Diretorias

N.º	Descrição Sumária	Origem da Demanda	Objetivos	Tipo	Período de Execução Local dos trabalhos	Quantidade Dias	Quantidade H/h	Escopo	Forma
8.1	A avaliação sumária quanto aos riscos inerentes ao objeto a ser auditado, bem como sua relevância, foram definidas tomando-se por base a matriz de riscos e relevância elaborada para avaliação das UP, explicada mais adiante no item CONSIDERAÇÕES FINAIS, que também explicita os conhecimentos básicos que serão requeridos dos auditores na realização dos trabalhos.	Art. 70, da CRFB/1988 e arts. 30, 31, da Portaria MDIC n.º 165/2013	Verificar o cumprimento das metas do Plano Plurianual, visando comprovar a conformidade de sua execução.	Auditoria Operacional, Contábil e de Avaliação da Gestão	4 a 24/6/2016 2 a 13/5/2016 Xerém/Duque de Caxias/RJ	58	928	Verificação anual sobre a execução dos trabalhos relacionados às atribuições regimentais; análise dos contratos e convênios que receberam recursos no ano de 2015/2016. - Análise da formalização dos novos Convênios firmados entre a RBML-Q-1 e o Inmetro. - Avaliação da situação das transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência, devendo abordar, pelo menos: a) A consistência das informações prestadas pela UI no relatório de gestão sobre este tema; b) O volume de recursos transferidos pela UI comparado à quantidade de termos vigentes no exercício de referência; c) A situação da prestação de contas pelos agentes recebedores dos recursos; d) A situação do tratamento às contas prestadas ao órgão ou unidade concedente, repassador dos recursos; e) A observância pela UI das exigências previstas nos artigos 11 e 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; f) A estrutura de controles da UI concedente/contratante para garantir o alcance dos objetivos definidos nos respectivos instrumentos; para analisar a prestação de contas; e para realizar as fiscalizações da execução do objeto da avença, inclusive por intermédio de verificações físicas e presenciais; g) A conformidade do chamamento público com o disposto no parágrafo único do art. 4º e art. 3º do Decreto nº 6.170/2007, caso a unidade jurisdicionada tenha se utilizado da prerrogativa de que trata o caput do art. 4º do Decreto nº 6.170/2007; h) A qualidade e a completude das informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres inseridas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o § 3º do art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.	Direta (em referência e similitude à Seção II, item 6, I, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado pela IN SFC nº 01, de 2001)

<p>O objeto da presente ação de auditoria é a Coordenação Geral de Acreditação - CGCRE.</p>	<p>Art. 70, da CRFB/1988 e arts. 30, 31, da Portaria MIDIC n.º 165/2013.</p>	<p>Verificar a execução do orçamento da entidade, visando a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente.</p>	<p>Auditoria Operacional, Contábil e de Avaliação da Gestão</p>	<p>16/05 a 5/8/2016 13 a 24/6/2016 No Rio Comprido/ Rio de Janeiro e Xerém/Duque de Caxias/RJ</p>	<p>60</p>	<p>800</p>	<p>Verificação anual sobre os controles de contratos de credenciamentos, assim como outros fatos relacionados às suas atribuições regimentais; análise dos contratos e convênios que receberam recursos no ano de 2015/2016.</p> <p>- Análise dos projetos cadastrados no Siplan (Sicap), análise dos indicadores, metas e referências comparativos cadastrados no Planesi, concernente às atividades fins da CGCRE.</p> <p>- Verificação do encontro de contas dos termos de cooperação técnica, os contratos e convênios de 2015/2016.</p>	<p>Direta (em referência e similitude à Seção II, item 6, I, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado pela IN SFC n.º 01, de 2001)</p>
<p>8.2</p> <p>A avaliação sumária quanto aos riscos inerentes ao objeto a ser auditado, bem como sua relevância, foram definidas tomando-se por base a matriz de riscos e relevância elaborada para avaliação das UP, explicada mais adiante no item CONSIDERAÇÕES FINAIS, que também explicita os conhecimentos básicos que serão requeridos dos auditores na realização dos trabalhos.</p>								

O objeto da presente ação de auditoria é a Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional - Dplian.	Art. 70, da CRFB/1988 e arts. 30, 31, da Portaria MDIC n.º 165/2013.	Verificar o cumprimento das metas do Plano Plurianual visando comprovar a conformidade de sua execução.	Auditoria Operacional, Contábil e de Avaliação da Gestão	15/08 a 8/11/2016 12 a 23/9/2016 Em Xerém/Duque de Caxias/RJ	58	944	Verificação anual dos controles, com os registros contábeis do Inmetro, assim como examinar o acompanhamento da execução dos programas de governo; análise dos contratos e convênios que receberam recursos no ano de 2015/2016. Análise do processo de acompanhamento e melhoramento dos indicadores do Inmetro. - Avaliação da estrutura de controles internos instituída pela unidade jurisdicionada com vistas a garantir que seus objetivos estratégicos para o exercício sejam atingidos. - Avaliação objetiva sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) do Inmetro, destacando o planejamento existente, o perfil dos recursos humanos envolvidos, os procedimentos para salvaguardar a informação, a capacidade para o desenvolvimento e produção de sistemas e os procedimentos para a contratação e gestão de bens e serviços de TI.	Direta (em referência e similitude à Seção II, item 6.1, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado pela IN SFC n.º 01, de 2001)
A avaliação sumária quanto aos riscos inerentes ao objeto a ser auditado, bem como sua relevância, foram definidas tomando-se por base a matriz de riscos e relevância elaborada para avaliação das UP, explicada mais adiante no item CONSIDERAÇÕES FINAIS, que também explicita os conhecimentos básicos que serão requeridos dos auditores na realização dos trabalhos.								
83								

O objeto da presente ação de auditoria é a Diretoria de Administração e Finanças - Diraf .	Art. 70, da CRRB/1988 e arts. 30, 31, da Portaria MDIC n.º 165/2013.	Verificar o cumprimento das metas do Plano Plurianual, visando comprovar a conformidade de sua execução.	Auditoria Operacional, Contábil e de Avaliação da Gestão	17/10 a 30/12/2016 7 a 18/11/2016 Em Xerem/Duque de Caxias/RJ	58	928	<p>Verificação anual de processos de despesas, exame dos demonstrativos contábeis e financeiros em consonância com os controles do Patrimônio e do Almoxarifado, além de verificação dos controles internos nas unidades organizacionais desta Diretoria.</p> <p>- A análise nos processos de despesas estará vinculada à disponibilidade de H/h.</p> <p>- Avaliação da estrutura de controles internos instituída pelo Inmetro com vistas a garantir que seus objetivos estratégicos para o exercício sejam atingidos.</p> <p>- Avaliação objetiva acerca da aderência do Inmetro aos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, bem como sobre informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados, em observância, respectivamente, à Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e ao Decreto nº 5.940/2006.</p> <p>- Avaliação, por amostragem, da regularidade dos processos licitatórios realizados pela UI, incluindo os atos relativos à dispensa e à inexistência de licitação, com base nos critérios de materialidade, relevância e risco.</p> <p>- Avaliação da gestão do uso dos cartões de pagamento do governo federal, em especial quanto aos seguintes aspectos:</p> <p>a) conformidade da instituição e da utilização dos cartões de pagamento com as disposições dos Decretos n.ºs 5.353/2005 e 6.370/2008;</p> <p>b) adequabilidade da estrutura de controles internos administrativos para garantir o regular uso dos cartões de pagamento;</p> <p>c) concessão, fiscalização e prestação de contas;</p> <p>- Avaliação objetiva sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade do Inmetro classificado como "Bens de Uso Especial" de propriedade da União ou locado de terceiros. A avaliação será realizada sob a ótica de, pelo menos, os seguintes aspectos:</p> <p>a) suficiência da estrutura de pessoal da UI para bem gerir os bens imóveis sob sua responsabilidade, da União, próprios ou locado de terceiros;</p> <p>b) existência ou não de estrutura tecnológica para gerir os imóveis;</p> <p>c) correção e completude dos registros dos imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPUnet, quando de uso obrigatório pela UI;</p> <p>d) análise comparativa dos gastos realizados com a manutenção dos imóveis próprios e da União e com os gastos com a manutenção de imóveis locados de terceiros;</p> <p>e) regularidade dos processos de locação de imóveis de terceiros, principalmente em relação à adequação dos preços contratuais dos alugueis aos valores de mercado;</p> <p>f) indenização, pelos locadores, das benfeitorias úteis e necessárias realizadas no exercício pelos entes públicos locatários, nos termos do art. 35 da Lei nº 8.245/91.</p> <p>-Avaliar a gestão e a construção do Centro Brasileiro de Material Biológico (CBMB), relativo ao Termo de Cooperação firmado entre o Inmetro e o INPI.</p>	Direta (em referência e similitude à Seção II, item 6.1, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado pela IN SFC nº 01, de 2001)
---	--	--	--	--	----	-----	---	---

Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Total de horas destinadas às Diretorias do Inmetro (III)							235	3.600	
9 - Outras Atividades Relacionadas - AUDIN									
N.º	Descrição Sumária	Área	Objetivos	Tipo	Período de Execução Local dos trabalhos	Quantidade Dias	H/h	Escopo	
9.1	Avaliação dos resultados do POAAI/2016, e o planejamento para o ano de 2017.	Planejamento Estratégico e Realinhamento	Análise do cumprimento das propostas dos trabalhos de 2016.	Não se aplica	Diversos	10	480	Atividades realizadas fora do Inmetro com intuito de realizarmos o realinhamento estratégico das nossas atividades, e bem como pactuarmos as metas para o próximo exercício. Os auditores mais experientes, os Chefes de Serviços e o Auditor Chefe participam desta ação ativamente.	
9.2	Acompanhamento das recomendações/determinações dos órgãos de controle	Todas as UP do Inmetro	Verificação das ações tomadas pelas UP para atender aos órgãos de controle.	Não se aplica	Diversos	48	768	Verificação junto a todas as UP do Inmetro sobre os planos, metas, objetivos, programas e políticas gerenciados ou executados por meio da entidade à qual esteja vinculada, a legislação aplicável à entidade, os resultados dos últimos trabalhos de auditoria realizados e as diligências pendentes de atendimento, especialmente aquelas oriundas da Controladora-Geral União - CGU, como órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, dos órgãos setoriais do mesmo Sistema e do Tribunal de Contas da União. Os auditores mais experientes, os Chefes de Serviços e o Auditor Chefe participam desta ação ativamente.	
9.3	Análise dos Planos de Providências Permanentes – PPP, da RBMLQ-1 e das Diretorias	RBMLQ-1 e Todas as UP do Inmetro	Acompanhamento das ações referentes às pendências de relatórios anteriores e análise da evolução dos órgãos.	Não se aplica	Audin	48	1.920	A cada trabalho a ser realizado, conforme consta do POAAI-2016, a equipe de apoio de cada ação de auditoria, deverá acompanhar as ações e prazos definidos pelos auditados no PPP.	

Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

9.4	Confeção dos pareceres de consulta.	Inmetro RBML-Q-1	Resposta aos órgãos da RBML-Q-1	Não se aplica	Audin	12	480	Elaboração de pareceres de consultas realizadas pelos órgãos delegados.
9.5	Atendimento aos Órgãos de Controle.	CGU/TCU/MP	Atendimento às diligências, as SA, bem como solicitação de informações.	Não se aplica	Inmetro/RBML-Q-1	30	960	Diligências destinadas à RBML-Q-1 e ao Inmetro.
9.6	Atividades referentes ao Auditor Chefe e Auditor Chefe-Substituto.	Inmetro	Atendimento das demandas externas, participação de reuniões de diretoria, acompanhamento de processos junto ao TCU.	Não se aplica	Inmetro/RBML-Q-1	70	1120	Participação de reuniões de diretoria. Participação de reuniões gerenciais no Inmetro. Participação de reuniões de coordenação da qualidade Participação das plenárias da RBML-Q-1. Acompanhamento dos processos de Prestação de Contas do Inmetro, junto ao TCU. Acompanhamento dos processos pendentes. Acompanhamento das auditorias realizadas. Supervisão das atividades da Audin.
9.7	Auditorias Extraordinárias – verificação de denúncias enviadas ao Inmetro.	Presidência, Ouvidoria IPEMS	Atendimento às solicitações de Auditorias Extraordinárias, pelo Presidente do Inmetro, Ouvidoria e Ipeps.	Não se aplica	Diversos Inmetro/RBML-Q-1	20	480	O quantitativo apresentado está baseado no histórico das Auditorias Extraordinárias ocorridas nos últimos 12 (doze) meses. - no total estão contabilizadas as horas dedicadas à confecção dos relatórios.
9.8	Atividades de Gestão da Qualidade	Inmetro	Maintenance do Sistema de Gestão da Qualidade da Auditoria Interna	Não se aplica	Inmetro	235	3.760	- Atualização das normas/procedimentos da Audin. - Atualização do mapeamento dos processos no Bizagi Modeler. - Acompanhamento e controle dos registros em formulários e modelos da Audin.
Total de horas destinadas a outras atividades da Audin.						473	9.968	(VI) Outras atividades da Audin. O quantitativo apresentado é meramente um referencial das atividades da Audin, e podem aumentar em decorrência das demandas externas.
TOTAL GERAL DE HORAS A SEREM UTILIZADAS						-	18.400	TOTAL GERAL = (I + II + III + IV + V + VI).
10 – Avaliação dos Indicadores - Inmetro								

De acordo com a Instrução Normativa n.º 01, de 3 de janeiro de 2007, segue a avaliação dos indicadores de desempenho utilizados pela entidade, quanto à sua qualidade, confiabilidade, representatividade, homogeneidade, praticidade, validade, independência, simplicidade, cobertura, economia, acessibilidade e estabilidade.

Cabe registrar que a devida "avaliação dos indicadores" ocorre nas auditorias ordinárias realizadas no Inmetro, bem como na RBML-Q-1. Contudo, em virtude da falta de melhor capacitação dos servidores, assim como o quadro reduzido, para esta ação de auditoria ainda não foi possível a construção de ferramentas de avaliação contínua e/ou ações específicas. Sendo assim, a projeção de homens/horas destinados a esta demanda, por consequência do exposto, estarão computadas nas ações de auditoria destinadas ao cumprimento do PAINT/2016.

11 – PPA 2014-2015:

Identificação do Objetivo						
Descrição	Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.					
Código	0859	Órgão	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.			
Programa	Desenvolvimento Produtivo		Código	2055		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Implantar 10 laboratórios delegados à Rede Laboratórios Associados ao INMETRO para inovação na empresa.	Unidade	10	1	1	10%
2	Ter 1180 organismos de avaliação da conformidade acreditados pelo INMETRO	unidade	1.180	1.317	1.407	119%

1) O Programa de Implantação dos Laboratórios Associados é uma proposta inédita e inovadora, e como tal traz desafios diversos para as partes envolvidas. Foram selecionados dois laboratórios de universidades, um em Minas Gerais e outro no Rio Grande do Sul, para a implantação de programas piloto. Superados os entraves jurídicos e uma vez entendidos os principais problemas de governança desse novo sistema que se implanta, a expectativa é que seja alcançada a meta de 10 laboratórios associados em 2015. Com a UFMG, o acordo de parceria para implantação do Laboratório Associado ao Inmetro para Inovação de Instrumentação Científica, com ênfase em espectroscopia óptica, foi assinado. O Acordo tem por objeto associar o Laboratório Nano-Espectroscopia da UFMG ao Inmetro para atuar na inovação de Instrumentação Científica, com vistas à produção de instrumentos inovadores e à formação de recursos humanos, com ênfase em espectroscopia óptica, contemplando o uso de três técnicas experimentais:

- espectrômetro para microscopia e espectroscopia óptica de campo próximo;
- equipamento para diagnóstico precoce em medicina por espectroscopia óptica; e
- instrumentação científica para diagnóstico precoce em processos de corrosão e fadiga de produtos.

Paralelamente foi apresentado um projeto à FINEP para o desenvolvimento de um primeiro produto, um equipamento para uso em medicina, de alta sofisticação, que possibilitará uma análise clínica sensível, efetiva e não destrutiva, para a detecção precoce do mal de Alzheimer por espectroscopia óptica, realizada por via ocular. O segundo Projeto Piloto envolve uma parceria com a Fundação Universidade de Caxias do Sul, que tem por objeto criar, no âmbito do Instituto de Materiais Cerâmicos da FUCS, o Laboratório Associado ao Inmetro para Inovação em Materiais Cerâmicos – LALIMC. Espera-se que o LALIMC seja a referência nacional na pesquisa em cerâmicos e compostos, com a proposta de produtos e processos inovadores e formação de recursos humanos, bem como no apoio à inovação nas empresas nacionais ou sediadas no Brasil. O acordo está previsto para ser assinado em janeiro de 2014.

Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

2) A meta estipulada foi superada antes de 2015, consequência dos seguintes fatores:

- novas organizações têm solicitado acreditação em áreas que já possuem organizações acreditadas, demonstrando que ainda há mercado disponível para atuação de novos organismos e laboratórios, podendo ser em decorrência do crescimento industrial;
- publicação de regulamentos de avaliação da conformidade em novas áreas que demandam organismos e laboratórios acreditados para prover confiança em produtos e serviços à sociedade;
- adoção de práticas de gestão, ferramentas de trabalho internas e processos automatizados na Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro que proporcionam maior agilidade na condução e conclusão dos processos de acreditação;
- maior interação com órgãos regulamentadores, o que tem gerado um aumento significativo na quantidade de solicitações de novas creditações, em grande parte derivadas de regulamentos emitidos pelo MAPA, ANVISA e Secretaria de Meio Ambiente de SP;
- novas regulamentações nos setores automotivo, de construção civil, de eletrodomésticos, eletrônicos e de certificação de implantes manuais também foram responsáveis por parte do aumento da demanda por creditações.

Indicadores do PPA 2014

AÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	INDICADOR	ORÇAMENTO	ORÇAMENTO	ORÇAMENTO	b/a %	META FÍSICA ANUAL - 2014	QUANTIDADE	FÍSICO REALIZADO ATUALIZADO	ATÉ	dic %	ANÁLISES 2014
			LEI ORÇAMENTÁRIA Nº 12.952, 20/01/14 + CRÉDITOS	EMENDADO + DESCENTRALIZAÇÃO R\$	LIQUIDADO + DESCENTRALIZAÇÃO R\$							
2015 SERVIÇOS DE METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL	0001 - AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	PROGRAMA DESENVOLVIDO	9.000.000	7.824.878	7.407.904	87%	14	28	dezembro		200%	O físico realizado ficou acima da meta devido a ocorrência de Programas de Avaliação da Conformidade (PAC) voluntários que entram em vigor logo que são publicados, diferente dos PAC compulsórios que tem prazo para entrar em vigor após a publicação. Outro fator que contribuiu foi a implantação em 2014 de PAC que tinham previsão de entrar em vigor em 2012 ou 2013, mas foram prorrogados para que os fabricantes, importadores e comércio tivessem mais tempo para se adequar ao regulamento. Em adição tiveram também alguns programas compulsórios cujos prazos para entrada em vigor após publicação foram menores que o normal e entraram em vigência dentro do ano de 2014. Os PAC implantados em 2014 foram: Reatores eletromagnéticos para lâmpadas a vapor de sódio e lâmpadas a vapor metálico (Halógenos), Instalação elétrica de baixa tensão, Líquidos para freios hidráulico para veículos automotores, Equipamentos eletrônicos para amostras

Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

0002 - FISCALIZAÇÃO E METROLOGIA	PRODUTO VERIFICADO	555.448.000	546.466.413	537.923.089	98%	29.093.694	29.341.209	dezembro	101%	explosivos, nas condições de gases e vapores inflamáveis e poeiras combustíveis. Cal hidratada, Baterias chumbo-ácido para veículos automotivos, Berços infantis, Empresas distribuidoras GLP, Bombas e motobombas centrífugas, Lâmpadas fluorescentes compactas com reator integrado a base, Água mineral envasada, Componentes dos sistemas de compressão de gás natural veicular e de gás natural comprimido, Telhas cerâmicas e de concreto, Cestas de alimentos e similares, Sistema automático não metrológico de fiscalização de trânsito, Ventiladores de Mesa, Parede, Pedestal e Circuladores de Ar, Componentes automotivos, Equipamentos e Dispositivos Hidráulicos, Pisos de madeira maciça, Placas cerâmicas para revestimento e porcelanato, Blocos de concreto para Alvenaria, Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares, Vidro de segurança laminado para para-brisa de veículos rodoviário automotor, Vidro de segurança temperado de veículos rodoviários automotor, Dispositivo antifurto e tinta de segurança, Argamassas colantes, Fornos de Micro-ondas, Aplicação, Retorno e Reparo de revestimento interno em equipamentos para produtos perigosos
										Solicitamos reprogramar a meta de 2014 do PO 0002 - FISCALIZAÇÃO E METROLOGIA de 32.147.770 para 29.093.694. Esta alteração se deve ao fato de que em exercícios anteriores eram computados todos os itens de serviços realizados pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro (RBMLQ-I) sendo que o

AÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	INDICADOR	ORÇAMENTO			META FÍSICA ANUAL - 2014	FÍSICO REALIZADO		d/c %	ANÁLISES 2014
			LEI ORÇAMENTÁRIA Nº 12.952, 20/01/14 + CRÉDITOS	(a)	ORÇAMENTO EMPENHADO + DESCENTRALIZAÇÃO R\$		b/a %	(d)		
212H	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DA REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA NA ASSOCIAÇÃO REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP	PONTO DE REDE MANTIDO	540.000	-	-	0%	27	27	dezembro	100%
A falta de desembolso orçamentário financeiro no período decorre de pendências administrativas sem prejuízo na prestação dos serviços. Desembolso previsto para o primeiro semestre de 2015.										

Immetro optou por remover do cálculo parte dos serviços que fazem parte do controle dos instrumentos de medição que passaram a ser enquadrados como outros tipos de serviços realizados pela RBML-Q-I. Destacamos que esta justificativa é a mesma da que foi feita no monitoramento do 1º semestre de 2014.

No ano de 2014 o Immetro teve um aumento de publicações, principalmente dentro da metrologia científica resultado de uma participação ativa nos seguintes eventos: Conference on Precision Electromagnetic Measurements (CPEM) organizado pelo Immetro - Rio de Janeiro, RJ; XLVI Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional - Salvador, BA; III Congresso Internacional de Metrologia Mecânica (CIMMEC) - Gramado, RS; XXV Encontro da Sociedade Brasileira de acústica (Sobrac) - Campinas, SP; XXIV Congresso Brasileiro de Engenharia Biomédica - Uberlândia, MG; 6th Latin American Workshop on Clicks in Graphs - Pitreópolis, MG.

AÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	INDICADOR	ORÇAMENTO	ORÇAMENTO	ORÇAMENTO	b/a %	META	FÍSICO REALIZADO	ATUALIZADO	d/c %	ANÁLISES 2014
			LEI ORÇAMENTÁRIA Nº 12.952, 20/01/14 + CREDITOS	EMPENHADO + DESCENTRALIZAÇÃO RS	LIQUIDADO + DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA RS		FÍSICA ANUAL - 2014				
14NE REFORMA, ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE PRÉDIO PARA SEDE DO INMETRO - RJ	0001 - SERVIÇOS PRELIMINARES	SERVIÇO DE ENGENHARIA REALIZADO % de execução física	6.000.000	-	-	0%	100%	-	dezembro	0%	Em função da rescisão contratual com a empresa responsável pela elaboração do projeto executivo da referida reforma, esta sendo preparando um novo termo de referência para realização de um novo processo licitatório. Estimase para o final de 2015 a conclusão do projeto e início de 2016 para a licitação da obra.
	0002 - INFRAESTRUTURA BÁSICA	SERVIÇO DE ENGENHARIA REALIZADO % de execução física	3.000.000	-	-	0%	100%	-	dezembro	0%	Não foi realizado pagamento em função da paralisação da obra por término do instrumento contratual

AÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	INDICADOR	ORÇAMENTO	ORÇAMENTO	ORÇAMENTO	b/a %	META	FÍSICO REALIZADO	ATUALIZADO	d/c %	ANÁLISES 2014
			LEI ORÇAMENTÁRIA Nº 12.952, 20/01/14 + CREDITOS	EMPENHADO + DESCENTRALIZAÇÃO RS	LIQUIDADO + DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA RS		FÍSICA ANUAL - 2014				
14XI CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA LABORATORIAL NO INMETRO	0001 - CONSTRUÇÃO DE LABORATÓRIO DE METROLOGIA DE MATERIAIS	LABORATÓRIO CONSTRUÍDO % de execução física	3.442.000	367.946	-	11%	61%	11%	DEZEMBRO	18%	O projeto executivo encontra-se em andamento, já tendo sido elaborados todos estudos de arquitetura. Informamos que o valor escrito em R\$P em favor da empresa Impletus Projetos será liquidado no decorrer do exercício
	0003 - CONSTRUÇÃO DE LABORATÓRIO DE METROLOGIA QUÍMICA	LABORATÓRIO CONSTRUÍDO % de execução física	5.717.000	-	-	0%	60%	-	DEZEMBRO	0%	Não foi possível desenvolver o projeto de ar condicionado em função de ter sido deserta a licitação para sua contratação, ficando o reitício do processo para o início de 2015.
	0004 - CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA AUTOMOTIVA	CENTRO CONSTRUÍDO % de execução física	45.437.450	2.173.804	-	38%	21%	0%	DEZEMBRO	0%	O projeto foi licitado em janeiro de 2014 e a assinatura do contrato com a empresa DIADA (Espanha) se deu em maio de 2014. O projeto contemplava projeto conceitual, projeto básico, projeto executivo, projeto legal de arquitetura, sondagens e geotecnia, orçamento da obra e

0005 - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA LABORATORIAL NA ÁREA DE FARMACOS	LABORATÓRIO CONSTRUÍDO % de execução física	3.913.000	110.000	-	0%	36%	1%	DEZEMBRO	3%	Especificação dos equipamentos necessários para montagem do Laboratório de Segurança Veicular Passiva, parte integrante do Centro de Tecnologia Automotiva, e os custos envolvidos. Estamos na fase de conclusão do projeto executivo com previsão de licitação da obra em julho de 2015.
0006 - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA LABORATORIAL NA ÁREA DE BIOTECNOLOGIA	LABORATÓRIO CONSTRUÍDO % de execução física	1.862.550	-	-	0%	75%	-	DEZEMBRO	0%	O projeto executivo encontra-se em andamento, já tendo sido elaborados os estudos iniciais de arquitetura, estando no momento em análise para aprovação na área finalística. Informamos que o valor escrito em R\$P em favor da empresa Implentius Projetos será liquidado no decorrer do exercício.
Em função de problemas técnicos ocorridos no desenvolvimento do projeto executivo, não foi possível iniciar a construção do 2º pavimento do prédio de facilidades I de biotecnologia.										

Fonte: Staff Gerencial

Indicadores do PPA 2015 - SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS MACROPROCESSOS (JAN A JUN DE 2015)

AÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	INDICADOR	ORÇAMENTO LEI ORÇAMENTÁRIA Nº 13.115	ORÇAMENTO EMPENHADO + DESCENTRALIZAÇÃO R\$	ORÇAMENTO LIQUIDADO + DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA R\$	b/a %	META FÍSICA ANUAL - 2015
			(a)	(b)	(c)		
2015 SERVIÇOS DE METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL	0001 - AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	PROGRAMA DESENVOLVIDO	10.400.000	326.151	225.482	3%	19
	0002 - FISCALIZAÇÃO E METROLOGIA	PRODUTO VERIFICADO	560.700.000	199.171.208	191.713.323	36%	15.000.000

Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

2000 ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	0003 - DESENVOLVIMENTO E DISSEMINAÇÃO DA METROLOGIA LEGAL E CIENTÍFICA E INDL	TRABALHO PUBLICADO	30.000,000	9.920.326	9.658.245	33%	225
	0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA GERAL		92.000,000	42.245.730	40.631,607	46%	
	0003 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	SERVIDOR CAPACITADO	700,000	8.741	7.314	1%	2.320
153W CONSTRUÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DO INMETRO	0001 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE APOIO A INOVADORES	CENTRO CONSTRUIDO	2.182.590	-	-	0%	46%
	0002 - OBRA DE INFRAESTRUTURA DO PARQUE TECNOLÓGICO DO INMETRO	INFRAESTRUTUR A CONSTRUÍDA	1.817.410	-	-	0%	40%

Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

212H PESQUISA E DESENVOLVIMENT O NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	0008 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DA REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA NA ASSOCIAÇÃO REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP	PONTO DE REDE MANTIDO	1.950.000	-	-	0%	27%
153X CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA PREDIAL NO INMETRO E NOS ÓRGÃOS QUE COMPOEM A RENVILQ-I	0000 - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA PREDIAL NO INMETRO E NOS ÓRGÃOS QUE COMPOEM A RENVILQ- I	PREDIO CONSTRUIDO %de execução física	2.500.000	249.618	249.618	10%	45%
1ANE REFORMA, ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE PREDIO PARA SEDE DO INMETRO - RJ	0000- REFORMA, ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PREDIO PARA A SEDE DO INMETRO	SERVIÇO DE ENGENHARIA REALIZADO % de execução física	6.720.000	-	-	0%	40%

BR

Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

IAXI CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA LABORATORIAL NO INMETRO	0001 - CONSTRUÇÃO DE LABORATÓRIO DE METROLOGIA DE MATERIAIS	LABORATÓRIO CONSTRUIDO % de execução física	4.120.000	-	-	-	0%	43%
	0003 - CONSTRUÇÃO DE LABORATÓRIO DE METROLOGIA QUÍMICA	LABORATÓRIO CONSTRUIDO % de execução física	2.850.000	-	-	-	0%	30%
	0004 - CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA AUTOMOTIVA	CENTRO CONSTRUIDO % de execução física	66.500.000	-	-	-	0%	5%
	0005 - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA LABORATORIAL NA ÁREA DE FARMÁCOS	LABORATÓRIO CONSTRUIDO % de execução física	938.100	-	-	-	0%	9%
	0006 - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA LABORATORIAL NA ÁREA DE BIOTECNOLOGIA	LABORATÓRIO CONSTRUIDO % de execução física	500.000	-	-	-	0%	20%

Fonte: Tesouro Gerencial

Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2015 - MACROPROCESSOS (JAN A JUN)

AÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	INDICADOR	ORÇAMENTO LEI ORÇAMENTÁRIA Nº 13.115	ORÇAMENTO EMPENHADO + DESCENTRALIZAÇÃO R\$	ORÇAMENTO LIQUIDADO + DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA R\$	b/a %	META FÍSICA ANUAL - 2015
			(a)	(b)	(c)		(d)
2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA	0001 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	PESSOA BENEFICIADA	2.940.000	1.247.808	1.237.317	42%	2.552
	0002 - EXAMES PERIÓDICOS	SERVIDOR BENEFICIADO	239.736	24.500	-	10%	1.072
2010 ASSISTÊNCIA PRÉ ESCOLAR	0001 - ASSISTÊNCIA PRÉ ESCOLAR	CRIANÇA ATENVIDA	144.000	61.235	54.447	43%	135
2011 AUXÍLIO TRANSPORTE	0001 - AUXÍLIO TRANSPORTE	PESSOA BENEFICIADA	78.000	38.276	34.650	49%	34
2012 AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	0001 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	PESSOA BENEFICIADA	4.800.000	2.160.340	2.144.631	45%	1.072

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro de Totalizações:

AUDIN	
A) Total de auditores	5
B) Equipe de Apoio	5
C) Equipe de Qualidade	2
D) Dias úteis	254
Sub-total de horas disponíveis (A+B+C*D*8)	24.384
E) Outros afastamentos (0,4% das horas disponíveis)	96
F) Férias	2.112
Sub-total de horas de afastamentos	2.210
Total de horas líquidas para as atividades	22.176
G) Total de horas computadas no PAINT 2016	22.176

- A) Total de auditores disponíveis em 30/10/15;
 B) Total de colaboradores na equipe de apoio em 30/10/2015;
 C) Total de servidores da equipe de qualidade;
 D) Total de dias úteis - calendário federal;
 E) Outros afastamentos (como o concedido por atestado médico);
 F) Férias concedidas aos colaboradores;
 G) Total de horas planejadas para as atividades da Audin em 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Para atender a demanda contida no inciso II do § 1.º do art. 2.º da IN/SFC n.º 01/2007, informamos que o risco inerente aos Convênios da RBMLQ-1 a serem auditados encontra-se na ruptura de gestão nos órgãos conveniados, na mudança dos dirigentes por questões eleitorais, na retirada de servidores/funccionários que executam as atividades operacionais, assim como na mão-de-obra não qualificada, bem como entendimentos diversos sobre por quais legislações (estadual ou federal) devem ser regidas as despesas e receitas oriundas do Convênio assinado com o Inmetro.
- Para atender a demanda contida no inciso III do § 1.º do art. 2.º da IN/SFC n.º 01, de 3/1/2007, informamos que as auditorias realizadas têm como origem os Convênios assinados com todos os participantes da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade do Inmetro, e o art. 30 do Regimento Interno, em vigor, assim como as competências das demais Diretorias, para as auditorias realizadas nas UP.
- Para atender a demanda contida no inciso VIII do § 1.º do art. 2.º da IN/SFC n.º 01/2007, informamos que os recursos humanos alocados nas auditorias a serem realizadas contam com auditores com graduação em Ciências Contábeis, Administração e Sistemas de Informação, bem como técnicos especialistas, computados neste PAINT, com o intuito de aperfeiçoar as atividades de controle, visando à melhoria contínua da gestão de recursos do Inmetro. Ainda cabe registrar que, pelo quadro reduzido, os trabalhos são distribuídos pela experiência de cada auditor, bem como pela complexidade de cada órgão. Em relação aos "conhecimentos específicos" buscamos equalizá-los fornecendo ao nosso quadro de auditores cursos nas disciplinas (consideradas como básicas) para atuação na atividade de auditoria na administração pública, tais como: Contratos e Convênios, Lei de Responsabilidade Fiscal, Licitações, Orçamento Público, Contabilidade, etc. Os conhecimentos básicos que serão requeridos aos auditores na realização dos trabalhos consistirão das orientações da Lei nº 8.666/1993, do Decreto nº 6.170/2007 e da Portaria Interministerial MP/ME/MCT nº 127/2008. Será igualmente necessário o domínio de conhecimentos específicos sobre Convênios, Tomadas de Contas, Recursos Humanos, Contabilidade e Auditoria aplicadas ao Setor Público, e atividades finalísticas, objeto de delegação à RBMLQ-1.
- Não obstante os treinamentos serem desenvolvidos no decorrer do exercício, conforme a disponibilidade de cada auditor, bem como a disponibilidade orçamentária, não há previsão específica para capacitações em 2016, considerando que o Inmetro não realizou o Levantamento das Necessidades de Capacitação para 2016, devido às restrições orçamentário-financeiras impostas pelo Governo Federal.
- Para atender a demanda contida no item II do parágrafo 1.º do artigo 2.º da IN SFC/CGU nº 01/2007, informamos que a relevância considerada para definirmos os tipos de auditoria que realizaremos nos órgãos da RBMLQ-1 está diretamente relacionada à arrecadação de cada órgão ao longo dos três últimos exercícios.
- Para determinação das metas propostas para cada órgão delegado a ser auditado em 2016, foi realizada a Matriz de Riscos para a RBMLQ-1, assim como matriz análoga para a auditoria a ser realizada nas UP do Inmetro.
- Para o exercício de 2016, a Audin contará com a seguinte força de trabalho para executar os trabalhos programados no PAINT/2016.
 - 1 Auditor Chefe;
 - 5 auditores (inclusos: 1 Chefe de Serviço de Auditorias Externas e 1 Chefe de Serviço de Auditorias Internas);
 - 1 Coordenador da Qualidade;
 - 1 membro da equipe da Qualidade;
 - 5 colaboradores em apoio técnico-administrativo.
- A seleção das áreas e dos processos a serem auditados pela Audin contemplará, em obediência ao disposto no art. 2.º da IN n.º 07/2006, de 29 de dezembro de 2006, da Controladoria-Geral da União, dentre outros aspectos, a materialidade do volume de recursos envolvidos, a relevância do item em relação à visão global, a vulnerabilidade, o risco, considerando a propensão a fraudes/erros, e finalmente a criticidade pretérita, significando as fraudes/erros ocorridas em situações passadas.
- Com relação aos trabalhos a serem desenvolvidos nas Unidades do Inmetro, propriamente ditas (item 8), esclarecemos que contarão com a participação de 2 (dois) auditores, distribuídos, em função da análise pautada no art. 2º da IN n.º 07/2006, considerando a magnitude do valor, relevância em função do grau de importância, e adicionalmente a criticidade pretérita, cujo acompanhamento do atendimento às recomendações impacta sensivelmente na escolha do quantitativo e qualificação dos mesmos.
- Quanto às entidades que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – RBMLQ - Inmetro, ressaltamos que em função do resultado obtido na análise crítica elaborada, na ocasião dos trabalhos serão redefinidas as quantidades de H/a previstas para realização das tarefas, se porventura for necessário.
- Além das auditorias ordinárias programadas para o exercício de 2016, salientamos que as Auditorias Extraordinárias oriundas de solicitação/denúncia, encontram-se anteriormente contempladas, no parágrafo que trata das demais atividades desenvolvidas, além do PAINT/2016. Informamos ainda que as atividades da Audin serão custeadas com recursos previstos na Programação Orçamentária do Inmetro para o exercício de 2016, nas rubricas correspondentes a "Despesas com Passagens", "Despesas com Diárias", "Treinamentos", etc., verbas destinadas ao cumprimento do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2016.
- Cabe ainda informar que, não obstante a Audin estar cumprindo as suas atividades no seu limite – não existe um lastro possível no caso de acontecimentos de quaisquer eventualidades, sejam eles por doença, aposentadoria e ou demissões –, estão previstas pelo menos sete vagas do Concurso do Inmetro em andamento para que esses futuros servidores integrem as equipes de auditoria, não foram computadas homens-horas desses futuros

servidores para o PAINT/2016, considerando que ainda não há previsão para quando serão nomeados, treinados e estarão efetivamente a serviço da Audin.

- A determinação de homens-hora necessários para as ações de auditoria sobre os órgãos delegados do INMETRO foi alcançada a partir da elaboração de matrizes com os seguintes objetivos:

- 2- Análise de risco (Matriz de Risco). Partiu-se da análise das recomendações destacadas na Conclusão dos Relatórios de Auditoria, seguindo-se o critério:
 - a) Atribuiu-se peso 3 (alto risco) para as recomendações que apresentaram inobservância à legislação;
 - b) Atribuiu-se peso 2 (médio risco) para as recomendações que apresentaram erros, omissões, ou impropriedades de natureza formal que não caracterizem irregularidades;
 - c) Atribuiu-se peso 1 (baixo risco) para as recomendações que apresentaram erros ou omissões irrelevantes.
- 3- Análise de relevância (Matriz de Relevância). Partiu-se da análise de participação (impacto) dos orçamentos de cada órgão delegado/UP sobre o Orçamento da Receita Corrente de Serviços do Inmetro, seguindo-se o critério:
 - a) Até 6% - Relevância Baixa;
 - b) Acima de 6% e até 10% - Relevância média;
 - c) Acima de 10% - Relevância alta.
- 4- Análise do fator de risco temporalidade (anos sem auditoria). Considerou-se o número de anos em que o órgão não foi auditado, desde o último ano de auditoria, incluindo o ano de 2015, já que para o PAINT 2016 é fundamental considerar os Órgãos auditados em 2015 para expressar esse critério com mais fidedignidade. Além disso, multiplicou-se esse número de anos pelo fator 10, já que é o mesmo fator utilizado para calcular a relevância, buscando-se, dessa forma, um equilíbrio no cálculo da matriz final.
- 5- Análise conjunta de riscos e relevância (Matriz de Riscos e Relevância). Partiu-se da junção das matrizes anteriores, propiciando-se uma análise conjunta dos Riscos e Relevância de cada órgão delegado/UP do Inmetro. Esta última matriz em conjunto com os recursos humanos disponíveis foram os balizadores da determinação dos órgãos a serem auditados em 2016, seguindo-se o seguinte critério:
 - a) Órgãos de alto risco: - Deverão ser auditados pelo menos a cada 2 (dois) anos, durante os 4 (quatro) anos de vigência do convênio;
 - b) Órgãos de médio risco: - Deverão ser auditados pelo menos em até 3 (três) anos, durante os 4 (quatro) anos de vigência do convênio;
 - c) Órgãos de baixo risco: - Deverão ser auditados pelo menos 1 (uma) vez, durante os 4 (quatro) anos de vigência do convênio.